

Revista Brasileira de Filosofia

Ano 70 – vol. 242 – jan.-jun. 2021

Revista Brasileira de Filosofia

Ano 70 – vol. 242 – jan.-jun. 2021

Coordenadores

AMALIA AMAYA

JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

TERCIO SAMPAIO FERRAZ JÚNIOR

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ANTONIO PAIM

ARI MARCELO SÓLON

CELSO LAFER

CLÁUDIO MICHELON

CLÁUDIO DE CICCIO

EDÉLCIO GONÇALVES DE SOUZA

ELZA BOITEAUX

ÍTALA D'OTTAVIANO

JEAN-YVES BEZIAU

JOSÉ HORÁCIO HALFELD REZENDE RIBEIRO

LUÍS FERNANDO BARZOTTO

MARCELO FINGER

MIGUEL REALE JÚNIOR

MILTON VARGAS

NEWTON CARNEIRO AFONSO DA COSTA

PABLO E. NAVARRO

RONALDO PORTO MACEDO

RENATA WASSERMANN

RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA

SAMUEL RODRIGUES BARBOSA

WALTER CARNIELLI

INSTITUTO BRASILEIRO DE FILOSOFIA



www.ibf.net.br

FUNDAÇÃO NUCE E MIGUEL REALE



Revista Brasileira de Filosofia

www.ibf.net.br/rbf

Revista Brasileira de Filosofia

Ano 70 – vol. 242 – jan.-jun. 2021

Publicação oficial do

INSTITUTO BRASILEIRO DE FILOSOFIA

Presidente

CELSO LAFER

Coordenadores

AMALIA AMAYA

JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

TERCIO SAMPAIO FERRAZ JÚNIOR

Editores

AMALIA AMAYA

JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Assistente Editorial

JOÃO FERNANDO BALDASSARRI SGARBI



ISSN 0034-7205

Revista Brasileira de Filosofia

Ano 70 – vol. 242 – jan.-jun. 2021

Publicação oficial do

INSTITUTO BRASILEIRO DE FILOSOFIA

Av. 9 de Julho, 3.147, 2.º andar, conj. 21

CEP 01407-000 São Paulo SP

☎ (11) 3051.4965

e-mails: revista@ibf.net.br

fundacao.nuce@miguelreale.com.br

© MARCIAL PONS EDITORA DO BRASIL LTDA.

www.marcialpons.com.br

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

Capa: Nacho Pons

[2021]

Impresso no Brasil

Apresentação

AO LEITOR

A exemplo dos volumes da RBF dedicados aos grupos da Universidade de Córdoba e dos Realistas Genoveses, o presente volume, que apresenta e debate linhas de investigação de professores da UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO (UNAM), constitui mais uma contribuição para o intercâmbio de ideias entre pesquisadores estrangeiros e brasileiros não apenas no campo da filosofia do direito, mas também da filosofia prática em sentido mais geral.

Seguindo o modelo adotado no último volume da Revista Brasileira de Filosofia, cada professor escolhido da UNAM submeteu um texto inédito, dentro de suas áreas de pesquisa, que foi, então, comentado por professor ou pesquisador brasileiro e, subsequentemente, replicado pelo autor.

Embora tratem sobre diversos temas, todos os textos se inserem no âmbito da filosofia prática, com contribuições da filosofia política, filosofia moral, teoria do direito, teoria da argumentação e sociologia, com enfoques metodológicos que vão desde uma perspectiva analítica até a teoria da história.

Questões de filosofia política foram abordadas na primeira seção do volume por Paulette Dieterlen (com comentário de Tercio Sampaio Ferraz Junior), Ambrosio Velasco (com comentário de Celso Lafer e Marcelo Granato), Faviola Castro (com comentário de Ari Solon), Nora Rabotnikof (com comentário de Samuel Barbosa) e Cortina Yturbe (com comentário de Ana Sabadell).

Paulette Dieterlen aborda o problema da pobreza, comentando propostas de justiça distributiva de autores como John Rawls e Amartya Sen. Para a autora, a pobreza atenta contra uma característica inerente aos seres humanos – a dignidade –, defendendo ser responsabilidade dos Estados o

cumprimento de direitos econômicos e sociais, sob pena de desrespeito aos cidadãos. Tercio Sampaio Ferraz Junior comenta as diversas perspectivas por meio das quais é articulado o problema da desigualdade socioeconômica, especialmente após o advento da sociedade de mercado.

À luz dos questionamentos enfrentados nas últimas décadas pela democracia liberal, decorrentes da crescente perda de participação e incapacidade de responder a grandes problemas, Ambrosio Velasco procura recuperar a tradição do humanismo republicano no México enquanto pensamento de resistência e emancipação. Em seu comentário, Celso Lafer e Marcelo Granato recorrem à concepção procedimental da democracia de Norberto Bobbio e sua reinterpretação por Michelangelo Bovero para analisar as “promessas não cumpridas” da democracia liberal.

O terceiro artigo desta seção, de Faviola Rivera Castro, investiga os caminhos possíveis para compatibilizar as aparentemente contraditórias noções de laicismo e liberalismo, concluindo pela possibilidade de conciliação caso a exclusão de todo conteúdo religioso demandada pelo laicismo não se estenda à esfera pública em geral, limitando-se ao discurso oficial e às instituições públicas. Ari Solon entende possível a convivência entre um sistema separatista e uma política de apoio a todas as religiões, protetiva das liberdades religiosa, de consciência e de expressão, sem que seja necessária a exclusão total de conteúdo religioso da esfera pública.

Nora Rabotnikof recorre ao conceito de “presentismo” – forjado no âmbito da teoria da história – enquanto sensibilidade temporária de nosso tempo para analisar as formas contemporâneas do pensamento e da prática política, tendo o presentismo político como sintomas a crise da ideia moderna de projeto e uma alteração da noção de experiência política. Samuel Barbosa questiona se o conceito de presentismo teria um corte analítico suficiente para ser operativo em pesquisas, assim como se a valência do diagnóstico “presente monstro” não enfraqueceria nossa capacidade de ver os potenciais emancipatórios ensaiados no âmbito político.

Por último, Cortina Yturbe analisa alguns relevantes aspectos acerca da formação do Estado do México na primeira metade do século XIX, apresentando o processo de construção dos discursos historiográficos que se propõem a construir uma história do México centrado na disputa entre liberais e conservadores, a qual não se limitaria às diferentes formas de condução da economia e organização política, mas também por questões como a religião, a moral e a própria ruptura com o reino de Espanha. Ana Sabadell chama atenção para um aspecto não elaborado do texto, qual seja, a invisibilidade da massa de excluídos que compõe, no século XIX, a população de nosso continente latino, especificamente a população indígena.

Na segunda seção do volume, a partir de um primeiro texto, com viés mais sociológico, aos demais, com enfoque mais analítico, Carlos Pereda (com comentário de Guilherme de Almeida), Mark Platts (com comentário de João Sgarbi), Gustavo Millán (com comentário de Marco Azevedo) e Moisés Vaca (com comentário de Rafael Mafei) discutem temas de filosofia moral.

Carlos Pereda articula em seu texto a fenomenologia da vingança e as suas possíveis justificações, as quais, como demonstra o autor, não raro são evocadas para legitimar um patológico processo de indignação política – o terror – que opera pela lógica amigo/inimigo, onde os fins justificam todo e qualquer meio. Guilherme de Almeida comenta o artigo à luz do contexto brasileiro, argumentando que a incapacidade institucional em lidar com as demandas das vítimas da violência tem potencial para gerar um ambiente de ódio social que possibilitaria a transição de atos de vingança individuais e pontuais em terror institucionalizado e coletivo.

O trabalho de Mark Platts analisa os conceitos de moralidade e autonomia e procura responder se haveria algum conflito entre eles, defendendo que obrigações morais não teriam interferência na autonomia de agentes por não fazer parte da sua estrutura conceitual o elemento de coerção – presente em ações que o autor caracteriza como não voluntárias. Em seu comentário, João Sgarbi discute aspectos da crítica de Platts às concepções reducionistas de obrigação moral, e levanta dúvidas a respeito da utilidade do conceito de não voluntário para a solução do suposto conflito entre moralidade e autonomia.

Gustavo Millán argumenta que a noção de obrigações para consigo mesmo é contraditória, e que o conceito de obrigação moral não deveria ser aplicado para as ações morais voltadas para si. Uma melhor forma de explicá-las seria por meio da noção de virtude, havendo contextos onde a linguagem de direitos também poderia ser mais adequada. Concordando substancialmente com Millán, Marco Azevedo articula considerações sobre a aplicabilidade da noção de virtudes também a deveres para com os outros, e sobre o conceito de direito pressuposto pelo argumento de Millán.

Em seu texto, Moisés Vaca ataca uma das mais importantes críticas ao construtivismo de John Rawls – aquela articulada por G. A. Cohen em *Rescuing Justice and Equality*. Vaca se ocupa do argumento de Cohen contra a metodologia construtivista. Rafael Mafei, embora concordando com alguns aspectos da crítica de Vaca, apresenta alternativas de interpretação do argumento de Cohen que poderiam abrir caminhos para contornar as objeções.

Na última seção do volume, Pau Luque (com comentário de Horácio Neiva), Juan Parcero (com comentário de Fábio Shecaira) e Amalia Amaya (com comentário de Juliano Maranhão) discutem temas de teoria do direito e da argumentação jurídica.

Pau Luque ataca a crítica de Barbara Baum Levenbook ao argumento de Kevin Toh a respeito da inaplicabilidade da tese dos fatos sociais – associada à tradição do positivismo jurídico – aos enunciados internos – no sentido de H. L. A. Hart. A autora afirma que, caso procedente, a crítica de Toh também se aplicaria aos enunciados externos. Pau Luque rechaça essa conclusão, que apenas seria correta caso enunciados internos e externos tivessem a mesma estrutura, o que não é o caso. Horácio Neiva aponta a importância de um ponto não abordado por Luque: a aparente diferença entre enunciados internos e hermenêuticos e as implicações dessa diferença para o argumento de Kevin Toh.

Juan Parcero faz uma análise crítica das propostas de reconstrução de argumentos por analogia de autores como Peczenik, Alexy, Sunstein, dentre outros, apresentando uma proposta embasada no modelo de Toulmin para superar os seus problemas. Em seu comentário, Fábio Shecaira questiona o valor da completude, evocado por Parcero para justificar o seu modelo, sugerindo que as grandes quantidades de informação de um modelo mais completo podem trazer mais prejuízos que benefícios para o objetivo de se chegar a um acordo.

Por fim, Amalia Amaya defende uma teoria da argumentação jurídica com base em uma perspectiva neo-aristotélica, a qual coloca as virtudes, e não as regras ou princípios, como elementos centrais da argumentação prática. Sob essa perspectiva, a virtude central seria a sabedoria prática (*phronesis*), caracterizada pela sensibilidade para apreender os elementos distintivos e as razões aplicáveis a cada situação particular. Juliano Maranhão questiona se tal concepção ainda permitiria algum espaço para a normatividade das regras, bem como se teorias formais ainda teriam utilidade para a argumentação prática.

Esperamos que o volume contribua não apenas para a promoção de novas discussões sobre os temas abordados, mas também para o florescimento de um diálogo sensível ao contexto latino-americano e suas tradições, assim como para novas interações entre ambas as comunidades no futuro.

Amalia Amaya, Juliano Maranhão e João Sgarbi

Sumário

Apresentação	5
--------------------	---

SEÇÃO 1

FILOSOFÍA POLÍTICA

1. Justicia distributiva y pobreza	
PAULETTE DIETERLEN.....	15
Comentário na forma de contraponto	
TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR	39
Comentarios a la réplica “Contrapunto a la pobreza y Justicia Distributiva” de Tercio Sampaio Ferraz Júnior	
PAULETTE DIETERLEN.....	45
2. Crítica a la democracia liberal desde una perspectiva iberoamericana	
AMBROSIO VELASCO GÓMEZ.....	49
Os desafios da democracia	
CELSO LAFER e MARCELO DE AZEVEDO GRANATO.....	73
Liberalismo y republicanismo ante la crisis de las democracias contemporáneas	
AMBROSIO VELASCO GÓMEZ.....	81
3. Liberal Laicism	
FAVIOLA RIVERA CASTRO.....	87

Comentários ao texto de Faviola Rivera Castro	
ARI MARCELO SOLON.....	103
Reply to my commentator	
FAVIOLA RIVERA CASTRO.....	105
4. Pensar la política: ¿es útil el diagnóstico del presentismo?	
NORA RABOTNIKOF	109
Política <i>in progress</i> ?	
SAMUEL RODRIGUES BARBOSA.....	129
Respuesta a Política <i>in progress</i> ? (comentarios de Samuel Barbosa)	
NORA RABOTNIKOF	135
5. Temporalidad e historia	
CORINA YTURBE.....	139
Comentários ao texto de Corina Yturbe	
ANA LUCIA SABADELL.....	159
Respuesta a Ana Sabadell	
CORINA YTURBE.....	163

SEÇÃO 2

FILOSOFIA MORAL

6. Venganza y terror	
CARLOS PEREDA.....	169
Vingança e Terror: é possível superar um hábito institucional?	
GUILHERME ASSIS DE ALMEIDA.....	181
7. The Obligatory and the Voluntary: Definitions and Realities	
MARK PLATTS.....	185
Comments on Platts's The Obligatory and the Voluntary	
JOÃO SGARBI.....	203

Reactions, Voluntary or Otherwise (Reply to Joao Sgarbi's Comments)	
MARK PLATTS.....	209
8. Virtues and Duties to Oneself	
GUSTAVO ORTIZ MILLÁN	213
Self-imposed Norms and the Virtues: a comment on Gustavo Millán "Virtues and Duties to Oneself"	
MARCO ANTONIO AZEVEDO.....	229
On Self-Regarding Virtues: Response to Azevedo	
GUSTAVO ORTIZ-MILLÁN	243
9. Three problems of G. A. Cohen's critique of Rawlsian Constructivism	
MOISÉS VACA	247
Commentary on Moisés Vaca's criticisms of G. A. Cohen, on the constructivism of John Rawls as grounds for the principles of social justice	
RAFAEL MAFEI RABELO QUEIROZ.....	261
On Rabelo Queiroz's comments	
MOISÉS VACA	265

SEÇÃO 3

TEORÍA DO DIREITO E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

10. Acerca de la estructura de los enunciados internos y externos de derecho	
PAU LUQUE	271
Is there really a difference between internal and external legal statements?	
HORÁCIO LOPES MOUSINHO NEIVA	285

Réplica al profesor Neiva	
PAU LUQUE	289
11. The Reconstruction of Legal Analogy	
JUAN ANTONIO CRUZ PARCERO	293
Comments on “The Reconstruction of Legal Analogy” by Juan A. Cruz Parceró	
FÁBIO PERIN SHECAIRA.....	313
Response to Fábio Perin Shecaira	
JUAN ANTONIO CRUZ PARCERO	319
12. Virtud y razón en el Derecho: Hacia una teoría neo-aristotélica de la argumentación jurídica	
AMALIA AMAYA	323
Leibniz e a lógica da “Virtude e Razão no Direito”: comentários a Amalia Amaya	
JULIANO MARANHÃO	339
Virtudes, reglas y el arte de razonar acerca de lo contingente	
AMALIA AMAYA	345

SEÇÃO 1

FILOSOFIA POLÍTICA

Justicia distributiva y pobreza

PAULETTE DIETERLEN

Instituto de Investigaciones Filosóficas Circuito Mario de la Cueva s/n,
Ciudad Universitaria, Ciudad de México, C.P. 01045, México.

Resumen: El problema de la pobreza azota a nuestras sociedades. Por esta razón es indispensable que los que hacemos filosofía política reflexionemos sobre dicho problema. En el texto se analizan algunas tesis de los autores que han ofrecido propuestas desde las teorías de la justicia distributiva como John Rawls y Amartya Sen así como aquellos pensadores que incorporan el elemento de la responsabilidad que tienen los sujetos en los procesos de distribución. Del primero se mencionan los bienes primarios, del segundo, el estudio de las capacidades. Se mencionan los elementos clave que entran en juego cuando hablamos de justicia distributiva que son los sujetos, los objetos y los principios de la distribución. También tratamos en el texto de desarrollar la tesis de que cumplir con los derechos económicos y sociales debe ser un deber de los Estados. Su incumplimiento constituye una falta de respeto para los ciudadanos. En el texto analizamos tres posiciones respecto a ellos. Examinamos la relación de la justicia con la pobreza para insistir en la necesidad de que, como filósofos, reflexionemos sobre dicho problema y lo planteamos prácticamente como una exigencia. Es importante destacar que nuestra tesis consiste en sostener que la pobreza atenta contra una característica inherente a los seres humanos: la dignidad. También sostenemos que el respeto es indispensable para reconocer que las personas deben ser tratadas como fines y no sólo como medios. La tesis kantiana de la finalidad bastaría para que lucháramos con todas nuestras armas contra la pobreza.

Palabras clave: Pobreza, justicia distributiva, derechos económicos y sociales, dignidad, respeto.

1. INTRODUCCIÓN

En la actualidad, en México, se ha iniciado un debate sobre lo que importa cuando hablamos de niveles económicos. Algunos teóricos sostienen que lo que es relevante es la desigualdad, otros comentan que es la pobreza. Quizá este asunto se vea como irrelevante pero no lo es. Detrás del debate existen ideologías que justifican la aplicación de políticas públicas que se supone que ayudarán a aquellos que no tienen sus necesidades básicas satisfechas. (Cfr. Rubio, 20, 2016, editorial y Hernández Licona, Reforma, 24, 2016 editorial)

El último censo de población, llevado a cabo en 2015, reporta que México tiene 119.5 millones de habitantes.¹ de estos, 55.3 de ellos se encuentran en un estado de pobreza. Esto significa que un gran sector de la población tiene, cada vez, menores ingresos; la población no ha crecido económicamente; la dinámica poblacional sigue creciendo un poco más de 2.6 millones; hay más carencias; 23.4% de mexicanos no pueden satisfacer sus necesidades alimenticias; la población que no alcanza la canasta básica, de 1,281 pesos, ha aumentado de 23.4% a 24.6%.² Como se puede ver la situación de México es alarmante por lo que nos parece que la discusión entre los que opinan que lo que importa es la disminución de la pobreza y aquellos que afirman que lo relevante es la desigualdad, podrá llenar periódicos, revistas y libros, pero no solucionar la cuestión. Me parece que una reflexión sería nos llevaría a situar conceptualmente el problema reuniendo distintos conceptos en donde, sin duda, entran la pobreza y la igualdad, pero también otros conceptos como las teorías de la justicia, los derechos económicos y sociales, las capacidades, las necesidades y las distintas clases de libertad.

Nos parece que como filósofos ocupados de los temas político y sociales, estamos obligados a reflexionar sobre los problemas que aquejan a tantos ciudadanos de nuestros países. Y para ello quisiéramos comenzar con la aportación de John Rawls al tema de la distribución justa.

Si bien la justicia distributiva nunca dejó de preocupar a los filósofos, fue a partir de la publicación en 1971 del libro de John Rawls *Teoría de la justicia* que el tema ocupó prácticamente la mayor parte de las discusiones en ética, filosofía política y filosofía de la economía. Rawls formuló dos principios de justicia que son los siguientes:

1. <http://eleconomista.com.mx/taxonomy/term/10775> Consultado el 25 de marzo de 2016

2. <http://www.cnnexpansion.com/print/economia/2015/07/23/5-claves-sobre-el-aumento-de-la-pobreza-en-mexico>.) Consultado el 25 de marzo de 2016.

- 1) Cada persona tiene derecho al más amplio esquema de libertades básicas compatible con un esquema similar de libertades para todos.
- 2) Las desigualdades económicas y sociales han de satisfacer dos condiciones: a) tienen que ser para el mayor beneficio de los miembros menos favorecidos de la sociedad y, b) estar adscritos a cargos y posiciones accesibles a todos en condiciones de equitativa igualdad de oportunidades. (Rawls, 1986, 189)

Las cuestiones relacionadas con la distribución justa son, entre otros: cómo adquirimos los bienes y los servicios que necesitamos o deseamos, cómo los transferimos y cómo rectificamos injusticias pasadas, es decir, cómo podemos compensar ciertas deficiencias originadas por desigualdades socioeconómicas, por problemas genéticos o por algún tipo de accidente. Asimismo, el tema suele tratarse bajo la perspectiva de los derechos económicos y sociales.

Un aspecto importante de la justicia distributiva se derivó de la respuesta a la pregunta ¿Igualdad de qué? Esta pregunta fue formulada por el economista Amartya Sen en las Tanner Lectures en 1979. El economista examinó varias respuestas a la pregunta, para concluir que la respuesta adecuada es que debemos buscar la igualdad de las capacidades, ya que éstas atienden a los funcionamientos de las personas.

Pero, además de analizar diversas respuestas, de su texto surgieron nuevas ideas que intentan incorporar otras alternativas para responder a la cuestión.

Las respuestas han marcado la diferencia entre las diferentes teorías, según Rawls, lo que tenemos que distribuir son los bienes primarios, que son: aquellas cosas que supuestamente todo hombre racional desea, independientemente de que desee otras cosas. Independientemente de cuáles sean los planes racionales de los individuos se asume que hay varias cosas de las que preferiría tener más que menos. Con mayor cantidad de estos bienes los hombres, generalmente aseguran un éxito mayor para llevar a cabo sus intenciones y para lograr sus fines, independientemente de cuáles sean éstos. Según Rawls son: primero las libertades básicas, establecidas por una lista como la libertad de pensamiento y de conciencia, libertad de asociación, la definida por la libertad y la integridad de las personas, así como por el imperio de la ley, y finalmente las libertades políticas; segundo, la libertad de movimiento y de elección de ocupación sobre un transfondo de oportunidades diversas; tercero, los poderes y las prerrogativas de cargos y posiciones de responsabilidad, particularmente de los de las principales instituciones política y económica; cuarto, renta y riqueza; quinto, las bases

sociales del respeto de sí mismo. (Rawls, 1971, 60-61) La ventaja de los bienes primarios es que son objetivos, es decir, no dependen de las preferencias de las personas, son índices para descubrir cuáles de ellas están en la peor situación.

Amartya Sen (Cfr.1985,p.p.130-148) critica la idea de los bienes primarios porque le encuentra dos problemas. El primero consiste en homogeneizar a las personas receptoras de los bienes primarios, puesto que éstas tienen necesidades distintas por su edad, su estado de salud, las condiciones climáticas, el lugar geográfico, su temperamento. Las diferencias deben ser tomadas en cuenta para estudiar los esquemas de una distribución, sobre todo en los países pobres. Por ejemplo, el aprovechamiento de los bienes primarios disminuye notablemente en las personas que sufren desnutrición. Así, juzgar los niveles de ventaja exclusivamente en función de los bienes primarios conduce a una moralidad parcialmente ciega, puesto que deja de lado diferencias que pueden ser moralmente relevantes. El segundo problema que observa Sen es que los bienes primarios sólo poseen un valor instrumental contingente; considerarlos como fines sería tratarlos como fetiches, como si tuvieran un valor intrínseco

Según Sen, lo que debemos distribuir son las capacidades que se refieren al hecho de que los seres humanos poseemos un gran número de potencialidades que las situaciones adversas nos impiden desarrollar; por esta razón, cualquier principio de distribución debe centrarse en la mejora de las circunstancias que permiten desarrollar las capacidades. Esta noción se relaciona con las ideas de igualdad, de libertad, de bienestar y de agencia. (Sen, Ibid.)

La discusión ha sido enriquecida por los llamados “igualitarios de la suerte”, esto es, aquellos pensadores que defienden la idea de que la responsabilidad de las personas influye en una distribución justa.. Uno de ellos es Richard Arneson. Él sostiene que lo que hay que igualar es el acceso equitativo a las oportunidades y esto se da cuando se cumplen las siguientes condiciones: 1) que las opciones sean equivalentes y que las personas tengan la habilidad suficiente para negociarlas; 2) las opciones que no son equivalentes se contrabalancean de la misma manera que cualquier desigualdad, dependiendo de las habilidades que tienen las personas para negociar; 3) las opciones son equivalentes y la desigualdad en las habilidades negociadoras de las personas se debe a causas que pueden adjudicarse a la responsabilidad de las personas. Lo importante de la igualdad de oportunidades para el bienestar es que se obtiene cuando todas las personas enfrentan una gama de opciones efectivamente equivalentes. Lo que suceda después, depende de las decisiones que tomen las personas y de su habilidad para negociar. (Arneson, 1989, 85)